



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº _____, DE 2017 (Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer seja convocado o Senhor **Raul Jungmann**, Ministro de Estado da Defesa, a fim de prestar esclarecimentos sobre as declarações favoráveis a uma intervenção militar no Brasil, dadas pelo General chefe da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro, Hamilton Mourão, durante evento promovido pela maçonaria em Brasília.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §1º, do Regimento Interno, que, ouvido a Comissão, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Exmo. Sr. **RAUL JUNGMAN** - Ministro de Estado da Defesa, para comparecer a esta Comissão, em data previamente agendada pelo presidente do Colegiado, a fim de prestar esclarecimentos a esta Casa sobre as declarações favoráveis a uma intervenção militar no Brasil dadas pelo General chefe da Secretaria de Economia e Finanças do Exército Brasileiro, Hamilton Mourão, durante evento promovido pela maçonaria em Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

As declarações proferidas pelo general Hamilton Mourão, em que defende abertamente uma "intervenção" das Forças Armadas no Brasil diante da corrupção deflagrada no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, além de desprezar os regulamentos disciplinares, viola frontalmente a Constituição e coloca o regime democrático brasileiro sob gravíssima ameaça. O episódio, ocorrido em 16 de setembro durante evento em Brasília-DF, é ainda mais preocupante posto que as palavras do general Mourão dão a

entender que suas posições correspondem às do Comandante Geral e do Alto Comando do Exército.

Vale lembrar que, em outubro de 2015, por fazer manifestação com semelhante teor, o mesmo oficial foi punido com a perda do Comando Militar do Sul, em Porto Alegre-RS. O fato revelou, na época, o isolamento de suas posições. Segundo informações, o Ministério da Defesa informou que o ministro, Raul Jungmann, não dará entrevistas sobre o assunto e não há um posicionamento oficial da pasta. O Exército informou que ainda estuda se haverá uma resposta oficial da Força.

É de se notar que não se pode perder de vista a recente transgressão. Pelas implicações que dela podem decorrer, providências imediatas do Comando-Geral do Exército e do Ministério da Defesa devem ser tomadas, como forma de reafirmarem o compromisso das Forças Armadas com a Carta Magna e impedir que episódios como tais se repitam. É lamentável a omissão do governo diante do fato gravíssimo, pois não há qualquer manifestação ou ação das autoridades competentes sobre o ocorrido.

Face ao exposto, e considerando que a sociedade brasileira e os poderes constituídos aguardam uma manifestação formal acerca do episódio, julgamos necessário o comparecimento do Ministro da Defesa perante esta Comissão a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre as declarações dadas pelo General Hamilton Mourão.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2017.

Dep. Erika Kokay -PT/DF

Dep. Bohn Gass - PT/RS

Dep. Leonardo Monteiro -PT/MG

Dep. Marcon- PT/RS

Dep. Robinson Almeida - PT/BA

Dep. Vicentinho - PT/SP